

## **A modernidade e o mito da deficiência**

**Carolina Toschi Maciel<sup>1</sup>**

**RESUMO:** o presente ensaio oferece uma revisão crítica sobre a modernidade e seus reflexos na percepção da pessoa com deficiência. Na primeira parte, tem-se a caracterização da modernidade e dos mitos da ciência. Na seqüência, estabelece-se a relação destes discursos com a valoração negativa da pessoa com deficiência. Por fim, apresenta-se argumentos para desmistificar a deficiência.

**PALAVRAS-CHAVES:** deficiência, inclusão, teste de QI, modernidade, eugenia.

**ABSTRACT:** The article offers a critical review on modernity and its consequences in the perception of disabled people. In the first part, there is the characterization of modernity and the myths of science. Then, it is established a relation of those discourses with the negative valuation of the disabled person. Finally, it is presented arguments for demystifying disability.

**KEY-WORDS:** disability, inclusion, IQ test, modernity, eugenic.

O período que se consolidava com as Luzes do século XVIII tinha por meta clarear as trevas e organizar a sociedade. O horizonte que se anunciava trazia a promessa da maioridade<sup>2</sup> e o compromisso de dissolver os mitos a fim de substituir a imaginação pelo saber (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.19). Era a modernidade que trazia consigo o triunfo da razão.

---

<sup>1</sup> Formada em Direito pela UNISUL, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Bolsista do CNPq. Contato: [carolinoschi@yahoo.com.br](mailto:carolinoschi@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Para Kant “o esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio tem culpa”

A modernidade, de acordo com Alain Touraine (2002, p.216), apresentou-se como “a anti-tradição, a derrubada das convenções, dos costumes e das crenças, a saída dos particularismos e a entrada no universalismo, ou ainda, a saída do estado natural e a entrada na idade da razão”.

A idéia da modernidade que fez da ‘racionalização o único princípio de organização da vida pessoal e coletiva’, resultou na substituição de Deus pela ciência como centro de referência. (TOURAINÉ, 2002, p.18) Desde então, a ciência passou a gozar de grande prestígio, tornando-se o referencial de análise da sociedade, como uma “espécie de ‘nova religião’ que explicaria todos os fenômenos e resolveria todos os problemas, dando maior eficácia à moderna sociedade industrial” (DORNELLES, 1988, p.20)

Acreditava-se que com o triunfo do pensamento esclarecido, ou seja, livre de mitos e superstições a sociedade estaria livre da barbárie. De fato, a modernidade guiada pela razão instrumental, ‘desencantou o mundo’, colocando o homem na posição de senhor.

Mas, o esclarecimento que supostamente conduziria a sociedade a um estágio mais evoluído da civilização acabou por seguir o caminho da regressão. Ele reverteu-se em mito à medida que ciência tornava-se fonte única de verdade. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985)

Nesse sentido, a proposta do presente ensaio constitui-se em uma revisão crítica sobre o discurso científico da pureza racial. O objetivo é demonstrar que a idéia de que certos indivíduos fogem ao padrão social, como seria o caso das pessoas com deficiência, reflete os mitos de um esclarecimento comprometido não com a libertação, mas com a dominação dos homens.

Para tanto, o ensaio foi dividido em três partes. Na primeira, consta a descrição do surgimento do mito da pureza racial e seus reflexos para as pessoas com deficiência. No segundo momento, aborda-se com maior minudência os discursos sobre deficiência, buscando demonstrar que sua compreensão está diretamente vinculada aos discursos preponderantes em cada época. Por fim, no terceiro tópico, faz-se breves considerações acerca das perspectivas de mudança de um paradigma da exclusão para o da inclusão, quando os mitos criados pelos esclarecimento forem superados.

O tema eleito para análise justifica-se não apenas por episódios como o Holocausto e o Stalinismo que demonstraram a perversidade de uma sociedade planejada racionalmente. Mas, também, pela persistente intolerância para com o ‘diferente’ que se apresenta na forma de barreiras sociais que vão desde transportes inacessíveis a incentivos a realização de aborto no caso de constatação de deficiência<sup>3</sup>.

---

3 A intolerância com pessoas com deficiência foi motivo de inúmeros atos de crueldade. Alisson Daves, em artigo ‘The right to live’ relata alguns deles. “It has led, firstly, to the destruction of many thousands of unborn handicapped children, most of whom could have lived happy lives, and all of whom had the right to live out their natural life span. It has led inexorably to the sedation and starvation to death of many of those who failed to be detected in time to be killed by abortion. It has led to growing pressure for euthanasia for those ‘incapable of dissent’ as well as on a voluntary basis. It has led to mentally handicapped women being sterilised and given abortions without their consent. It has led to experiments on human embryos being justified on the ground that they might ‘prevent handicap’ (though there is no evidence that they actually would). It has led to ‘selective feticide’ (euphemistically called ‘reduction of pregnancy’), where the heart of one baby in a multiple pregnancy is pierced so that it bleeds to death while the others are allowed to live. It has also led to ‘wrongful life’ claims (as yet unsuccessful) in courts, where adults sue doctors on behalf of children they claim should never have been allowed to be born.”

## 1. Os mitos da ciência

Os iluministas defendiam que a razão e tão-somente ela, revelaria a verdade. Guiados pela lógica cartesiana, eminentemente tecnicista, sustentavam que a natureza deveria ser dividida para melhor estudá-la. Para eles o universo seria uma máquina governada por leis físicas passíveis de estudo e determinação (MELLO; COSTA, 1987, p.87).

Neste contexto, a ciência passa a se caracterizar como um conjunto de regras e métodos, organizado de acordo com o conhecimento matemático, visando apresentar resultados incontestáveis. A supremacia do discurso científico alcançou o ponto em que os ‘esclarecimentos’ tornaram-se ‘totalitários’, situação na qual conhecimento e poder passaram a ser sinônimos.

Dentro deste contexto, no qual a verdade foi transformada em monopólio da ciência, pensadores como Adorno e Horkheimer denunciaram que o que não se submetesse ao critério da calculabilidade e da utilidade tornava-se suspeito para o esclarecimento. Para os citados autores, o esclarecimento acabou por comportar-se com as coisas ‘como o ditador se comporta com os homens’, ou seja, buscando dominá-los. (1985, p.21 e p.24).

De fato, o saber revelou não conhecer “nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.20). Resultado desta postura autoritária foi o fato de que no âmago do próprio processo de racionalização ter emergido irracionalidades que fomentaram a criação de mitos. A ‘purificação da raça’ está dentre os mitos criados pela ciência como forma de justificar a superioridades de alguns sobre outros.

O mito da ‘purificação da raça’ remonta as idéias do cientista inglês Charles Darwin que publicou em 1859 o livro “A origem das espécies”. Neste, Darwin defende a tese de que evolução da espécie humana ocorre por meio de uma seleção natural, no qual os mais fracos sucumbem aos mais fortes. De acordo com esta linha de pensamento seria possível realizar uma evolução física, moral e intelectual dos homens que culminaria na elaboração de uma raça superior. Note-se, todavia, que para tal propósito seria necessário à contenção dos membros mais débeis.

A partir deste pressuposto, de que na luta pela sobrevivência muitos seres humanos são, não apenas menos valiosos, mas destinados a desaparecer, surge uma nova ideologia – o *darwinismo social* – e uma nova ciência – a *eugenia*. (GONÇALVES, 2006)

A eugenia<sup>4</sup> consiste em uma ciência que busca o aprimoramento da espécie humana a partir de procedimentos genéticos. Em algumas sociedades<sup>5</sup> como a americana e a alemã, a eugenia apresentou um caráter de intolerância absoluta para com o ‘desviante’. De acordo com esta vertente, a melhoria da espécie só poderia acontecer pela eliminação dos indivíduos geneticamente ‘inferiores’ ou impedindo-os de se reproduzirem (GONÇALVES, 2006).

No contexto deste discurso, a humanidade é reduzida a mero “objeto de planejamento, cultivo e extirpação de ervas daninhas” (BAUMAN, 1998, p. 31). Nesta

---

4 O termo eugenia – que significa bem nascer - foi primeiramente empregado 1883 por Francis J. Galton, que dedicou sua carreira científica à melhoria da humanidade por meio de casamentos selecionados.

5 Segundo Gonçalves (2006, p.07) “a idéia de eugenia nasceu na Inglaterra, prosperou nos EUA e teve seu ponto alto na Alemanha nazista [porém] com uma nova roupagem e outros nomes, ela sobrevive até hoje”. O movimento cativou tanto a elite americana da época que, a partir de 1924, leis que impunham a esterilização compulsória foram promulgadas em 27 Estados americanos, para impedir que determinados grupos tivessem descendentes” (GONÇALVES, 2006, p.08)

‘engenharia social’ onde a intolerância é a regra, o racismo, exemplo clássico de reprodução do discurso da pureza racial, pode ser assim definido:

um costume que combina estratégias de arquitetura e jardinagem com a da medicina a serviço da construção de uma ordem social artificial, pelo corte de elementos da realidade presente que nem se adequam à realidade perfeita visada nem podem ser mudados para que se adequem. Num mundo que se gaba de uma capacidade sem precedentes de melhorar as condições humanas com a reorganização das atividades em bases racionais, o racismo expressa a convicção de que certas categorias de seres humanos não podem ser incorporadas à ordem racional, seja qual for o esforço que se faça. (BAUMAN, 1998, p.87)

Para o sociólogo Zygmunt Bauman (1998, p.83) que analisou a relação entre ‘modernidade e holocausto’ atitudes como o racismo são impensáveis “sem o avanço da ciência moderna, da tecnologia moderna e das formas modernas de poder”. Para ele, a racionalização dos tempos modernos foi a condição necessária para a incidência de métodos que tornariam viável a limpeza racial.

Esta tensão de racionalidade e irracionalidade da modernidade sugerida por Bauman reforça a tese de Adorno e Horkheimer (1985) de que o programa do esclarecimento não tinha por meta apenas dominar a natureza, mas antes dominar aos próprios homens (1985, p.20). De fato, pesquisas científicas que deveriam promover a qualidade de vida humana foram utilizadas como instrumentos segregacionais, senão quando tanatocráticos.

Seguindo a lógica matemática característica da época em que o “número tornou-se o cânon do esclarecimento” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.22) um singular exame ganhou destaque. Era o teste de quociente intelectual – QI<sup>6</sup> –

---

<sup>6</sup> An IQ of less than 50 meant you were destined for a mental deficiency institution as a child and probably for life. It is estimated that 50,000 children with no mental deficiency were sent to these institutions prior to 1950, on the false diagnosis of doctors who, at this time, subscribed to bogus theories, such as that someone’s intelligence could be determined by their head shape and size (Humphries and Gordon, 1992 *apud* RIESER, 2002, p.132).

desenvolvido com a finalidade de distinguir os indivíduos educáveis dos não educáveis. De certa forma, o teste ainda ostenta prestígio, afinal em uma sociedade em que ‘tempo é dinheiro’, ninguém quer perder tempo nem dinheiro educando pessoas que supostamente não têm utilidade.

Os testes de inteligência além de se constituírem em fontes de preconceito ocasionam prejuízos ‘incalculáveis’ para o saudável desenvolvimento dos alunos considerados ‘fora do padrão’, pois estes são apartados e enviados a escolas especiais. No mérito, a instituição de um sistema paralelo de educação nada mais é do que um ajuste estrutural que garante tanto a reprodução da lógica utilitarista quanto a invisibilidade dos desviantes.

Para a pedagoga Mônica Kassar (1999, p.22) a educação especial reflete a ‘tecnologia do poder sobre o corpo’ de que fala Foucault. A rigor, os alunos são avaliados, classificados e separados em escolas ‘ordinárias’ e ‘especiais’ seguindo o ‘princípio do quadrículamento’. De acordo com este princípio, cada indivíduo tem seu lugar e cada lugar é para um tipo. O objetivo é não misturar os indivíduos, facilitando assim, o controle de cada um. (FOUCAULT, 2000, p.123).

Nota-se assim, a instalação de uma biopolítica ligada a um poder disciplinar que busca ‘docilizar corpos’. Especialistas das mais distintas áreas – medicina, pedagogia, educação física, fisioterapia - trabalham em comum acordo para tal fim, inclusive delimitando o espaço a ser freqüentado por aqueles que não se enquadram no padrão universal estabelecido pelo estatuto científico. (NEVES, 2005)

Como consequência, tem-se a construção de redes paralelas de atendimento para aqueles que não atingem as expectativas sociais. Nesse sentido, as instituições de assistência assumem a responsabilidade de confinar os elementos desviantes, retirando-os do meio para que não perturbem a ordem social. A finalidade

precípua de instituições como hospícios, asilos, presídios, internatos e escolas especiais passam a ser a de garantir a profilaxia social e os padrões de normalidade. Sobre estes padrões, comenta Ribas que:

no conjunto dos valores sociais culturais que definem o indivíduo 'normal', estão incluídos 'padrões' de beleza e estética voltados para um corpo esculturalmente bem-formado. Aqueles que fogem dos 'padrões', de certa forma agridem a 'normalidade' e se colocam à parte da sociedade. [...] Não é preciso ser deficiente para não ser reconhecido pela sua própria sociedade. O negro, o homossexual, o louco e até qualquer um que divirja das normas e regras da ordem social podem ser consideradas 'desviantes' e assim situarem-se fora da sociedade. O 'desviante' é aquele que não está integrado, que não está adaptado, que não se apresenta física e/ou intelectualmente normal, e, portanto encontra-se à parte das regras e das normas. Deste modo, o que mede o 'desvio' ou a 'diferença' social são os parâmetros estabelecidos pela organização sociocultural. (1985, p.18 e 22)

Em tempos modernos, de sociedade *mcdonalizada*<sup>7</sup>, o padrão sociocultural que define normalidade perpassa dentre outros atributos pela eficiência, cálculo, previsibilidade e controle. Analisada dentro destes parâmetros, a deficiência estaria fora dos postulados eleitos pelo processo de racionalização da sociedade e neste sentido, ter uma deficiência não poderia causar outra impressão senão a de ser um 'não eficiente'. Não à toa é que os conceitos 'incapacidade' e 'deficiência' são definidos em contraposição a capacidade e a eficiência já que *IN* e *DES* são prefixos de origem latina que agregam valor negativo ao radical.

Considerando que a identidade não é um dado biológico, mas uma construção histórica produzida em relações de alteridade, o fato de ter um contraponto negativo faz realçar um 'eu positivo'. (HALL, 1999, p.13). Nesse sentido, infere-se que

---

7 A denominação proposta por George Ritzer (2005) faz menção à incorporação da sociedade de princípios da organização científica do trabalho inaugurada com taylorismo.

o ‘outro’ não é ‘negativo’ por essência, mas por determinação de um ‘eu’, o que reforça a necessidade de se desfazer o mito da inferioridade.

## 2. Desfazendo o mito

Ao longo da história, a questão da deficiência foi interpretada a partir de distintas perspectivas que resultaram em atitudes que foram desde o extermínio sumário até a veneração<sup>8</sup>. A expectativa, no entanto, era de que com a modernidade, os indivíduos se libertariam “das desigualdades transmitidas, dos medos irracionais e da ignorância” (TOURAINÉ, 2002, p. 20) e assim, a deficiência deixaria de ser entendida como algo degradante.

Entretanto, no que concerne às pessoas com deficiência a passagem das trevas às luzes não trouxe a eliminação dos mitos, ao contrário, reforçou o entendimento de que estas pessoas seriam inferiores. Ao que pese haver sido esclarecido de que a deficiência não é um castigo de Deus, criou-se o mito de que a deficiência seria uma degeneração da espécie humana.

O mito vale lembrar, não apenas relata a origem de um fato, mas fixa certo entendimento (ADORNO; HORKHEIMER 1985, p.23). A reprodução sistematizada e institucionalizada do mito de que a pessoa com deficiência é um ser frágil, inferior e incapaz, faz com que a exclusão seja aceita ou ignorada, pelos demais membros da sociedade como algo ‘natural’.

---

<sup>8</sup> Para ilustração das distintas reações, citam-se o exemplo do povo Hindu que venerava as pessoas com deficiência, em especial aquelas com problemas visuais, por considerarem-nas pessoas com sensibilidade mais apurada; e o exemplo do povo Espartano que atiravam do penhasco as crianças com deficiência por entenderem que a deficiência seria um sinal de fraqueza, incompatível com um bom guerreiro. (FEIJÓ, 2002)

Dentre os discursos científicos que respaldam as diferentes formas de interpretar a deficiência, cita-se como mais difundidos o de caráter médico e o de caráter assistencialista. Em linhas gerais, estes são assim descritos:

- a) **the medical model**: this sees disability as an illness, and disabled people as patients in need of cure so that they can fit into “normal” society. The emphasis here is on the condition rather than the person.
- b) **the charity model**: this emphasises the “tragic” aspect of disability. Disabled people are seen as courageous victims, dependent on the rest of society for help and support. It plays on people’s guilty in order to attract funds. (SCOPE, 2002a, p.7)<sup>9</sup>:

Em síntese, o modelo médico interpreta a deficiência como sendo um desvio do padrão normal de ser humano. Destarte, seus esforços são no sentido da eliminação e ou ‘correção’ dos desvios. Por seu turno, o modelo assistencialista interpreta a deficiência como algo inconciliável com a vida ‘normal’, portanto, sua orientação é voltada a manutenção de redes paralelas de atendimento.

Com efeito, discursos como estes se revelaram perversos, por refletirem uma profunda intolerância para com o diferente, razão pela qual uma nova linha de argumentação vem recebendo maior atenção. De acordo com este modelo, nominado *social*, a deficiência seria entendida da seguinte maneira:

the disadvantage or restriction of activity caused by a contemporary social organization which takes little or no account of people who have physical impairments and thus excludes them from participations in the mainstream of social activities(PRIESTLEY,1999, p.7)<sup>10</sup>.

---

9 a) modelo médico: visualiza a deficiência como uma doença, e as pessoas com deficiência como pacientes que precisam de cura para que possam adaptar-se a sociedade ‘normal’. A ênfase está na condição e não na pessoa.

b) modelo de caridade: enfatiza o aspecto ‘trágico’ da deficiência. A pessoa com deficiência é vista como uma corajosa vítima, que dependerá de ajuda e suporte da sociedade. A arrecadação de fundos financeiros tenta atingir o sentimento de culpa da população. (Tradução livre da autora)

10 A deficiência é uma desvantagem ou restrição de atividade causada por uma contemporânea organização social que leva pouco em conta as pessoas com restrições físicas e que por conseqüência são excluídas da participação nas atividades sociais regulares. (Tradução livre da autora)

Em que pese o autor ter mencionado apenas a deficiência física, seu conceito é de extrema importância. Nota-se que a partir desta definição é possível verificar uma significativa diferença entre ‘*impairment*’ e ‘*disability*’. Enquanto a primeira é uma característica individual, a segunda é social. Portanto, é a sociedade que faz com que uma pessoa sinta-se deficiente, e muitas vezes excluída. Por exemplo, uma pessoa que possua uma insuficiência auditiva (*impairment*) não necessariamente se sentirá com uma deficiência, desde que em seu meio (família, amigos, professores) haja a adaptação do seu entorno à sua situação, no caso, utilização da LIBRAS e da escrita como forma de comunicação. Ou ainda, um usuário de cadeira de rodas não se sentirá excluído caso tenha ao seu redor rampas, elevadores, transporte público e privado acessíveis. Entretanto, quando estes dois sujeitos saírem de seus ambientes, sentir-se-ão excluídos devido à falta de atenção da sociedade para com suas necessidades. Nota-se, portanto, que o problema não está no indivíduo com ‘*impairment*’ mas com a sociedade que transforma esta numa ‘*disability*’.

Esta distinção entre os termos ‘*impairment*’ e ‘*disability*’ aparece também na *International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps (ICIDH)* elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) em 1980, onde consta, *in verbis*<sup>11</sup>:

---

<sup>11</sup> Lígia Assumpção Amaral, apresenta a seguinte tradução para este documento:

**“Deficiência (*impairment*):** refere-se a uma perda ou anormalidade de estrutura ou função. Deficiências são relativas a toda alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja a sua causa; em princípio deficiência significam perturbações no nível do órgão.

**Incapacidade (*disability*):** refere-se à restrição de atividades em decorrência de uma deficiência. Incapacidades refletem as conseqüências das deficiências em termos de desempenho e atividade funcional do indivíduo; as incapacidades representam perturbações ao nível da própria pessoa.

**Desvantagem (*handicap*):** refere-se à condição social de prejuízo resultante de deficiência e/ou incapacidade: Desvantagens dizem respeito aos prejuízos que o indivíduo experimenta devido à sua deficiência e incapacidade; as desvantagens refletem, pois a adaptação do indivíduo e a interação dele com seu meio.” (1998, p.24-25)

**Impairment:** In the context of health experience impairment is any loss or abnormality of psychological, physiological or anatomical structure or function.

**Disability:** In the context of health experience a disability is any restriction or lack (resulting from an impairment) of ability to perform an activity in the manner or within the range considered normal for a human being.

**Handicap:** In the context of health experience a handicap is a disadvantage for a given individual, resulting from an impairment or a disability, that limits or prevents the fulfillment of a role that is normal (depending on age, sex, and social and cultural factors) for that individual.

Vale ressaltar, que este novo modelo resulta de uma revisão de paradigmas estimulado pelo período reflexivo que se encontra a modernidade. De acordo com Ulrich Beck e Anthony Giddens a ‘modernidade reflexiva’ refere-se ao processo de auto-confrontação e auto-revisão da ciência. Salienta Beck (2005) que o desenvolvimento da ciência dá-se não tanto pela aquisição de conhecimentos, mas, pelo reconhecimento de erros e propostas de correções. Nesse sentido, ‘a religião’ científica estaria passando por um processo de secularização; que resultaria na perda do monopólio da verdade por meio da ‘desmistificação’ de seus tabús.

Por este viés aberto pela reflexividade passa-se a perceber que:

o ‘problema’ *não* é do surdo, que não entende o que está sendo dito na TV, e sim, da emissora que não colocou a legenda (sistema closed-caption); o ‘problema’ *não* é do cego que não consegue estudar e, sim, dos estabelecimentos de ensino que não publicam e nem adquirem computadores em braile e que também não habilitam seus professores na língua de libras; o ‘problema’ *não* é do deficiente físico que não pode subir escada ou entrar no ônibus e, sim, do Estado que aprovou construções e veículos sem rampas ou elevadores de acesso. (CRUZ, 2003, p.133)

Igualmente a maneira de como designar as pessoas com deficiência é modificada. Elas deixam de ser referidas como ‘inválidas’, ‘excepcionais’, ‘retardadas’, ‘anormais’, ‘aleijadas’, ‘loucas’, ‘incapacitadas’, ‘inúteis’, ‘coitadas’, ‘*minusvalidas*’ (Espanha), ‘portadoras<sup>12</sup> de necessidade especial’ para serem denominadas como ‘pessoa com deficiência<sup>13</sup>’.

De fato, “as palavras são expressões verbais criadas a partir de uma imagem que a nossa mente constrói” (RIBAS, 1985, p.7). Nesse sentido, a discussão sobre a melhor terminologia não constitui mero exercício de retórica, mas sim, uma análise sobre a dimensão descritiva e valorativa que se faz da própria deficiência. A esse respeito argumenta Romeu Sasaki (2002):

O maior problema decorrente do uso de termos incorretos reside no fato de os conceitos obsoletos, as idéias equivocadas e as informações inexatas serem inadvertidamente reforçados e perpetuados. Este fato pode ser a causa da dificuldade ou excessiva demora com que o público leigo e os profissionais mudam seus comportamentos, raciocínios e conhecimentos em relação, por exemplo, à situação das pessoas com deficiência. O mesmo fato também pode ser responsável pela resistência contra a adoção de novos paradigmas, como vem acontecendo na mudança que vai da integração social para a inclusão social.

Segue, portanto, que o tratamento e por conseqüência os termos estão atrelados a certos valores e costumes vigentes em cada sociedade e em cada época.

---

12 “A tendência é no sentido de parar de dizer ou escrever a palavra ‘portadora’ (como substantivo e como adjetivo). A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não porta sua deficiência. Ela tem uma deficiência. Tanto o verbo ‘portar’ como o substantivo ou o adjetivo ‘portadora’ não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa. Por exemplo, não dizemos e nem escrevemos que certa pessoa é portadora de olhos verdes ou pele morena. Uma pessoa só porta algo que ela possa não portar, deliberada ou casualmente. Por exemplo, uma pessoa pode portar um guarda-chuva se houver necessidade e deixá-lo em algum lugar por esquecimento ou por assim decidir. Não se pode fazer isto com uma deficiência, é claro”. (SASSAKI, 2003)

13 Anota-se, no entanto, que em cumprimento as normas de metodologia científica, nas citações deste artigo foram mantidos os termos originais empregados pelos referidos autores, mesmo quando em desacordo com esta tendência.

Assim, eles sofrem alterações quando substituídos por outros valores e costumes. No caso das pessoas com deficiência estas alterações estão em pleno curso.

### 3. Considerações finais

A modernidade, ao priorizar a visão cartesiana de mundo, lastreada na razão instrumental, acabou por instituir uma nova forma de dominação sob os homens – a científica. Segue, portanto, necessária uma revisão do conhecimento científico, não para desmoralizá-lo, mas para desmistificá-lo. A propósito, Adorno e Horkheimer no prefácio do livro ‘Dialética do Esclarecimento’ afirmam que suas críticas ao esclarecimento buscam “preparar um conceito positivo do esclarecimento, que o solte do emaranhado que o prende a uma dominação cega” (1985, p.15).

De fato, o projeto civilizatório da modernidade trouxe no verso o progresso da ciência e no reverso a sua regressão. No que concerne às pessoas com deficiência, verificou-se que das ‘amarras da tradição’ ela caíram nas ‘amarras da razão’. Como relatado neste artigo, teorias como da superioridade racial que buscavam justificar a seleção e o descarte de seres humanos considerados pela ciência inferiores, indicam que de fato o esclarecimento regressou para mito.

É fato que deficiências (*impairment*) existam, entretanto a forma de lidar com elas é que requer maior atenção já que, como dito antes, é possível ir do extermínio ao reconhecimento da cidadania dependendo de como se a analisa.

A deficiência está no indivíduo, mas não é o próprio indivíduo, é apenas uma condição a ser considerada pela sociedade quando de sua relação com este membro. Há que considerá-la, por exemplo, quando da construção de edificações, na criação de produtos, elaboração de diretrizes escolar etc.

A esperança da desmistificação do discurso científico que trata da deficiência ganha amplitude a cada nova conquista na esfera da cidadania. Nesse compasso, acredita-se que à medida que os mitos forem superados as barreiras que hoje impedem a livre socialização das pessoas com deficiência serão gradativamente derrubadas.

#### **4. Refências**

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In AQUINO, Julio R. Groppa (Org). *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998, p.11-29.

ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECK, Ulrich. *Risk Society: towards a new modernity*. Translated by Mark Ritter. London: Sage, 2005.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. *O direito à diferença: as ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiência*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

DAVIS, Alisson. *The right to life: the right to education.*\_\_\_ *In Integrating special children: some ethical issues.* Avebury, USA.

DORNELLES, Joao Ricardo W. *O que são direitos humanos.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão. *Direitos humanos e proteção jurídica da pessoa portadora de deficiência: normas constitucionais de acesso e efetivação da cidadania à luz da Constituição Federal de 1988.* Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.* Trad. Raquel Ramallete. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade.* Trad. Rul Fiker. São Paulo: Ed UNESP, 1991.

GONÇALVES, Antonio Baptista. *A eugenia de Hitler e o racismo da ciência.* Prática Jurídica – ano V – n.52, 31 jul 06, p.07-10. Consulex, Brasília.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DPGA, 1999.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães *Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na história dos sujeitos.* Autores Associados: Campinas, 1999.

MELLO, Leonel Itaussu. COSTA, Kuís César Amad. *História Moderna e Contemporânea.* 3.ed. São Paulo: Scipione, 1987.

NEVES, Silvana Souza de Mello. *Diversidade: concepções e práticas na Educação Infantil desveladas através do trabalho com livros e literatura.* Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2005.

PRIESLEY, Mark. *Disability politics and community care.* London: JKP, 1999.

RIBAS, João B. Cintra. *O que são pessoas deficientes.* Coleção Primeiros Passos. Nova Cultura: São Paulo, 1985.

RIESER, Richard. *Special Educational needs or inclusive education: the challenge of disability discrimination in schooling.* \_\_\_In Education, equality and human right. Routledge, London, 2002.

SASSAKI, Romeu. Terminologia sobre Deficiência na era da inclusão. *In Revista Nacional de Reabilitação.* São Paulo - SP, 01 mar 03 02.

\_\_\_\_\_ Como chamar as pessoas que têm deficiência? In *Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos.* São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

SCOPE, *Whose problem is it?* London: Scope, 2002.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade.* Trad. Elia Ferreira Edel. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.